DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

apostilas opção

CONCURSO UNIFICADO-MA

CONCURSO UNIFICADO DO MARANHÃO

SEDUC-MA - PROFESSOR FILOSOFIA



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Geografia e História do Maranhão
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

UNIFICADO-MA

CONCURSO UNIFICADO DO MARANHÃO

SEDUC-MA - PROFESSOR – FILOSOFIA

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

CÓD: OP-177NV-26
7901204406519

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Redação Oficial 9
2. Ortografia 16
3. Acentuação 17
4. Emprego do sinal indicativo de crase 18
5. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Relação do texto com seu contexto histórico 19
6. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre 20
7. Intertextualidade 22
8. Figuras de linguagem 24
9. Morfossintaxe: Coordenação e subordinação 25
10. Elementos estruturais e processos de formação de palavras 29
11. Sinonímia e antonímia; Denotação e conotação 30
12. Pontuação 31
13. Pronomes 32
14. Concordância nominal e concordância verbal 33
15. Flexão nominal e flexão verbal; Vozes do verbo; Correlação de tempos e modos verbais 35
16. Regência nominal e regência verbal 37
17. Conectivos 38
18. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) 39

Matemática e Raciocínio lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas 51
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 57
3. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações 84
4. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos 91
5. Noções de Estatísticas: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas 98

Geografia e História do Maranhão

1. Formação territorial e ocupação do espaço maranhense 109
2. Localização, limites, divisão político-administrativa e regionalização do Maranhão 113
3. Aspectos físicos e naturais: relevo, clima, solos, vegetação, biomas e domínios de transição. Hidrografia e principais bacias hidrográficas. Litoral maranhense, ecossistemas costeiros e recursos naturais 116
4. População, dinâmica demográfica, migrações, urbanização e rede urbana. Aspectos econômicos: agricultura, pecuária, extrativismo, indústria, mineração, comércio, serviços, turismo, infraestrutura, portos e ferrovias 125

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. Questões ambientais, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável 128
6. Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais 132
7. Formação histórica do Maranhão. Povos originários e colonização. França Equinocial e ocupação portuguesa. Fundação e formação de São Luís. Economia e sociedade colonial. Escravidão indígena e africana. Produção algodoeira e transformações econômicas. Independência e formação da província. 136
8. Balaiada: contexto, causas, principais personagens, desenvolvimento e consequências. Maranhão na Primeira República. Transformações econômicas, políticas e sociais no século XX. Industrialização, urbanização, grandes projetos, mineração e infraestrutura 140
9. Maranhão contemporâneo e processo de redemocratização 145
10. Cultura, patrimônio histórico e manifestações culturais maranhenses. Bumba meu boi, Tambor de Crioula, Tambor de Mina, reggae e demais manifestações populares. Literatura e personalidades maranhenses. Patrimônio material e imaterial 149
11. Aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais do Maranhão na atualidade 153

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software; dispositivos de entrada, saída e armazenamento; softwares utilitários 163
2. Sistemas operacionais (ambiente windows) 167
3. Gerenciamento de arquivos e pastas 172
4. Ferramentas de produtividade: edição de textos, planilhas e apresentações (microsoft office e google workspace) 175
5. Correio eletrônico (gmail e outlook) 215
6. Ferramentas de reuniões virtuais (microsoft teams, zoom e google meet) 219
7. Redes de computadores: conceitos básicos de internet e intranet. Navegadores de internet (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome). Pesquisa e busca avançada na internet 228
8. Armazenamento e compartilhamento de arquivos em rede e na nuvem 235
9. Segurança da informação: ameaças digitais, vírus, malware, phishing e engenharia social; antivírus, firewall, senhas seguras, autenticação multifator e procedimentos de backup 249
10. Noções de inteligência artificial generativa e suas aplicações em ferramentas de produtividade (copilot e gemini), pesquisa, elaboração de documentos e automação de tarefas administrativas; uso responsável da inteligência artificial e proteção de informações 257
11. Lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd) 259
12. Transformação digital na administração pública: governo digital, processos e documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas e noções de interoperabilidade entre sistemas 273

Conhecimentos Específicos
SEDUC-MA - Professor – Filosofia

1. Do mito à razão: Discursos explicativos sobre a origem do universo; mito e Filosofia 279
2. Noções fundamentais sobre a origem da Filosofia: pensamento, senso crítico, natureza e causalidade 282
3. Filosofia e Ciência: distinção e aproximação conceitual 286
4. Surgimento da Ciência moderna e sua pretensa neutralidade metodológica 289
5. As Ciências humanas: a questão do método e da objetividade; Linguagem e ideologia 293
6. Crise de valores: Felicidade e dever moral 296
7. Ética, poder e política; Ética e cidadania 300

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ÍNDICE

8. Estética 304
9. Arte e realidade: imitação e representação 306
10. A função social da arte 310
11. Filosofia e religião: distinção e aproximação conceitual 313
12. Ser Humano e existência; Ser humano e percepção: corpo, desejo, solidariedade, amor e alma; Ser humano e natureza: liberdade, finUitude e determinismo 317
13. Ser humano e trabalho: a dimensão do cuidado, contexto histórico, direitos humanos e cidadania 321
14. Metodologia de ensino de filosofia 322

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

REDAÇÃO OFICIAL

O que é Redação Oficial[1]

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Interessa-nos tratá-la do ponto de vista do Poder Executivo.

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Ademais, não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão.

A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, deve possuir clareza e concisão, além de atender à disposição constitucional, a forma dos atos normativos obedece a certa tradição. Há normas para sua elaboração que remontam ao período de nossa história imperial, como, por exemplo, a obrigatoriedade – estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 – de que se aponha, ao final desses atos, o número de anos transcorridos desde a Independência. Essa prática foi mantida no período republicano.

Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem. Nesse quadro, fica claro também que as comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

Outros procedimentos rotineiros na redação de comunicações oficiais foram incorporados ao longo do tempo, como as formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação, a estrutura dos expedientes, etc. Mencione-se, por exemplo, a fixação dos fechos para comunicações oficiais, regulados pela Portaria no 1 do Ministro de Estado da Justiça, de 8 de julho de 1937, que, após mais de meio século de vigência, foi revogado pelo Decreto que aprovou a primeira edição deste Manual.

Acrescente-se, por fim, que a identificação que se buscou fazer das características específicas da forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação – ou se aceite a existência – de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama burocratês. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases.

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc. Apresentadas essas características fundamentais da redação oficial, passemos à análise pormenorizada de cada uma delas.

▸A Impessoalidade

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

a) alguém que comunique,

b) algo a ser comunicado, e

c) alguém que receba essa comunicação.

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o Serviço Público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União. Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

a) da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que comunicações elaboradas em diferentes setores da Administração guardem entre si certa uniformidade;

b) da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal;

c) do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

que não cabe qualquer tom particular ou pessoal. Desta forma, não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora. A concisão, a clareza, a objetividade e a formalidade de que nos valemos para elaborar os expedientes oficiais contribuem, ainda, para que seja alcançada a necessária impessoalidade.

A Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade.

As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada.

Ressalte-se que há necessariamente uma distância entre a língua falada e a escrita. Aquela é extremamente dinâmica, reflete de forma imediata qualquer alteração de costumes, e pode eventualmente contar com outros elementos que auxiliem a sua compreensão, como os gestos, a entoação, etc. Para mencionar apenas alguns dos fatores responsáveis por essa distância. Já a língua escrita incorpora mais lentamente as transformações, tem maior vocação para a permanência, e vale-se apenas de si mesma para comunicar.

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos.

Entretanto, o mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do padrão culto da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que:

a) se observam as regras da gramática formal, e

b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma.

É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.

Pode-se concluir, então, que não existe propriamente um "padrão oficial de linguagem"; o que há é o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais. É claro que haverá preferência pelo uso de determinadas expressões, ou será obedecida certa tradição no emprego das formas sintáticas, mas isso não implica, necessariamente, que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática. O jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada.

A linguagem técnica deve ser empregada apenas em situações que a exijam, sendo de evitar o seu uso indiscriminado. Certos rebuscamentos acadêmicos, e mesmo o vocabulário próprio a determinada área, são de difícil entendimento por quem não esteja com eles familiarizado. Deve-se ter o cuidado, portanto, de explicitá-los em comunicações encaminhadas a outros órgãos da administração e em expedientes dirigidos aos cidadãos. Outras questões sobre a linguagem, como o emprego de neologismo e estrangeirismo, são tratadas em detalhe em 9.3. Semântica.

Formalidade e Padronização

As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das já mencionadas exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento. Não se trata somente da eterna dúvida quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível (v. a esse respeito 2.1.3. Emprego dos Pronomes de Tratamento); mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.

A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a administração federal é una, é natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão.

O estabelecimento desse padrão, uma das metas deste Manual, exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da apresentação dos textos. A clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação do texto são indispensáveis para a padronização. Consulte o Capítulo II, As Comunicações Oficiais, a respeito de normas específicas para cada tipo de expediente.

Concisão e Clareza

A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. Para que se redija com essa qualidade, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o necessário tempo para revisar o texto depois de pronto. É nessa releitura que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias.

O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES; COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

"Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F."

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
  - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
  - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
  - Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
  - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): "esta frase é falsa" (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – 2 + 5+ 1

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.
s: Pedro é professor.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca **e** Pedro é professor.

Atenção: todas as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

- **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**
- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão x + y é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:
(A) uma proposição;
(B) duas proposições;
(C) três proposições;
(D) quatro proposições;
(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) "A frase dentro destas aspas é uma mentira", não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão x + y é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

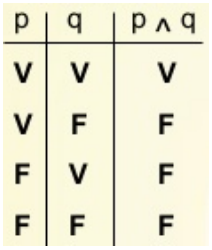
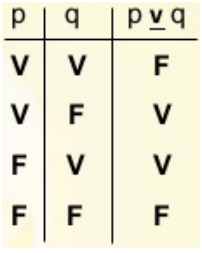
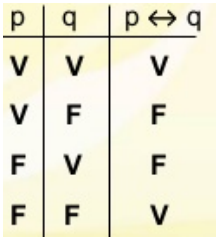
(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE
Negação	~	**Não** p	
Conjunção	^	p **e** q	
Disjunção Inclusiva	v	p **ou** q	
Disjunção Exclusiva	v	**Ou** p **ou** q	
Condicional	→	**Se** p **então** q	
Bicondicional	↔	p **se e somente se** q	

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MARANHÃO

FORMAÇÃO TERRITORIAL E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MARANHENSE

Base física e configuração do território

O território maranhense ocupa uma posição de contato entre a Amazônia oriental, os cerrados do interior e o litoral setentrional brasileiro. Essa localização ajuda a explicar a variedade de paisagens, as conexões comerciais históricas e a coexistência de formas distintas de ocupação. O estado integra a Região Nordeste, confronta o Pará a oeste, o Tocantins ao sul e sudoeste, o Piauí a leste e o oceano Atlântico ao norte. Sua dimensão territorial reúne longas distâncias internas: o deslocamento entre a costa e o extremo sul atravessa diferentes unidades de relevo, condições de circulação e padrões de povoamento.

- **Posição regional e limites**

O litoral recortado e a Ilha de São Luís

O litoral não forma uma faixa uniforme. Na porção ocidental, extensas reentrâncias, estuários e áreas de manguezal são influenciados pelo movimento das marés; mais a leste, aparecem praias, dunas e ambientes de restinga. A Ilha de São Luís, também chamada Upaon-Açu, concentra a capital e municípios vizinhos. Sua posição junto ao Golfão Maranhense favoreceu a implantação de ancoradouros e a comunicação marítima, mas exigiu a adaptação de vias e construções a terrenos baixos, canais e áreas suscetíveis a alagamentos. O encontro das águas dos rios Anil e Bacanga ilustra como a geografia interferiu na formação do núcleo urbano histórico de São Luís.

A faixa costeira estabelece relações com o interior por meio de bacias hidrográficas e rotas terrestres. Portos e terminais não dependem apenas da profundidade da água ou de instalações locais: sua função territorial resulta das ligações com ferrovias, estradas, áreas de produção e centros consumidores. Assim, uma mercadoria embarcada na região de São Luís pode ter origem muito distante, inclusive fora do Maranhão. É indispensável distinguir o espaço diretamente ocupado pelas instalações portuárias da área econômica que utiliza seus serviços, pois a segunda ultrapassa os limites metropolitanos e estaduais.

Transições ambientais e diversidade de superfícies

A leste e ao sul, os cerrados apresentam chapadas, vales e superfícies favoráveis a atividades agropecuárias em determinadas condições. No oeste, áreas de influência amazônica registram formações florestais cuja distribuição foi modificada pela exploração da madeira, pela agropecuária e pela abertura de vias. Entre essas porções, palmeirais de babaçu e mosaicos de vegetação caracterizam espaços de transição. A ocorrência de uma palmeira ou de uma formação aberta não basta para definir isoladamente o bioma de determinado lugar: são necessárias observações do clima, dos solos, da vegetação predominante e das relações ecológicas.

- **Relevo, bacias e passagens naturais**

Chapadas, depressões e vales fluviais

As chapadas do sul maranhense constituem formas de relevo com superfícies relativamente elevadas e bordas que podem apresentar escarpas. A Chapada das Mesas, na região de Carolina e Riachão, exemplifica a presença de modelados associados à erosão e à ação prolongada das águas. No centro e no norte, vales e áreas mais baixas favoreceram outros usos da terra, inclusive a implantação de povoações próximas aos rios. A topografia influencia custos de construção de estradas, a drenagem urbana e a distribuição dos assentamentos rurais. Contudo, não determina sozinha as escolhas humanas: investimentos, relações de propriedade e decisões políticas podem alterar a direção dos fluxos territoriais.

Os rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Gurupi e Parnaíba aparecem entre os principais referenciais hidrográficos, embora apresentem papéis diferentes. O Itapecuru articulou historicamente áreas do interior com a proximidade da capital. O Mearim atravessa regiões de pecuária, agricultura e planícies sujeitas à influência das cheias; o Pindaré compõe conexões importantes no centro-oeste. Gurupi e Parnaíba estão associados também a limites interestaduais, enquanto o Tocantins influencia a dinâmica do sudoeste maranhense. Não é correto imaginar todos esses cursos como vias permanentemente navegáveis: profundidade, sazonalidade, obstáculos e condições de infraestrutura mudam sua utilização.

Cheias, marés e conectividade

Na Baixada Maranhense, campos inundáveis e lagos apresentam variação expressiva entre os períodos mais chuvosos e os menos chuvosos. Uma povoação ligada a uma sede municipal por estrada de terra pode enfrentar dificuldade de acesso durante cheias, enquanto certas passagens por água se tornam mais úteis em épocas específicas. O calendário hidrológico, portanto, altera a duração das viagens, o escoamento de alimentos e a prestação de serviços essenciais. Planejamento territorial adequado considera pontes, drenagem, manutenção viária e alternativas de transporte, em vez de tratar o acesso como um problema exclusivamente rodoviário.

Outro aspecto decisivo é a distinção entre limite político e integração funcional. A fronteira estadual define competências administrativas, mas não impede circulação de trabalhadores, produtos e serviços entre Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Municípios situados em bordas territoriais podem depender cotidianamente de mercados e equipamentos públicos de cidades de outro estado. A configuração maranhense é, assim, resultado da combinação de características físicas, movimentos históricos e relações econômicas que operam em diferentes escalas.

Frentes históricas de ocupação e circulação

A ocupação do espaço maranhense ocorreu por movimentos diferentes, nem sempre articulados entre si. A faixa litorânea ganhou importância com o comércio marítimo e a formação de núcleos administrativos, enquanto áreas do interior foram conectadas por rios, caminhos de tropas, fazendas e, posteriormente, estradas e ferrovias. Essa distribuição não significa que o interior estivesse vazio antes da presença colonial. Povos indígenas habitavam e percorriam os territórios, organizando aldeias, roças, áreas de caça e redes próprias de intercâmbio. A ocupação colonial alterou essas territorialidades por meio de conflitos, alianças, deslocamentos e apropriação de recursos.

- **Fixação no litoral e penetração pelos rios**

São Luís, Alcântara e o controle costeiro

A implantação do núcleo de São Luís e a expansão de povoamentos em seu entorno combinaram interesses militares, administrativos e mercantis. A localização da capital criou um ponto de concentração de autoridades e atividades portuárias, com relações intensas com o Atlântico. Alcântara, situada na margem oposta da baía de São Marcos, tornou-se importante centro de produção rural e circulação de pessoas e mercadorias. As distâncias marítimas relativamente curtas entre determinados pontos não eliminavam dificuldades de transporte: ventos, marés, embarcações disponíveis e infraestrutura de desembarque condicionavam as viagens.

No período de expansão agrícola colonial, ligações entre fazendas, engenhos, povoados e locais de embarque estimularam a formação de redes de abastecimento. Havia trajetos voltados à exportação e outros destinados ao fornecimento regional de farinha, carne, arroz e produtos cotidianos. Os caminhos eram socialmente desiguais: proprietários podiam controlar terras e armazéns, enquanto trabalhadores livres pobres e pessoas escravizadas sustentavam grande parte da produção e do transporte. A mesma rota fluvial podia integrar comerciantes e, simultaneamente, reforçar mecanismos de dependência sobre comunidades rurais.

O Itapecuru como eixo de articulação

O vale do Itapecuru ligou zonas agrícolas a centros como Caxias e à área de influência de São Luís. Em um percurso mercantil hipotético, fardos de algodão sairiam de propriedades do interior, seriam reunidos em um ponto de comércio e transportados por trechos fluviais e terrestres até locais de embarque. O custo e a duração do circuito dependiam das cheias, do estado dos caminhos e da disponibilidade de força de trabalho. Esse encadeamento mostra que a produção econômica não se localiza apenas na fazenda: envolve travessias, armazenamento, comércio e serviços.

- **Interiorização pecuária e caminhos terrestres**

Campos de criação e novas povoações

Áreas do leste e do sul receberam fluxos ligados à pecuária e à agricultura, em conexão com regiões vizinhas. A criação extensiva de gado demandava grandes espaços e deslocamentos entre pastagens, aguadas e mercados. A formação de fazendas podia originar pontos de descanso, feiras e pequenos núcleos urbanos, mas também acirrava disputas pela terra. O avanço de propriedades sobre territórios de uso indígena e comunitário não foi um simples prolongamento espontâneo das fronteiras econômicas: envolveu imposição de autoridade, coerção e mudanças na posse do solo.

Balsas adquiriu relevância como ponto de articulação no sul do estado, em relação com corredores de circulação e, mais recentemente, com a produção agropecuária em escala comercial. Caxias consolidou funções comerciais e políticas no leste, associadas aos eixos fluviais e terrestres. Já localidades do oeste e do sudoeste se vincularam, em períodos posteriores, a projetos de colonização, transporte e integração com a Amazônia oriental. Essas trajetórias distintas impedem reduzir a ocupação maranhense a um movimento único que teria partido da capital e avançado de forma linear.

A comparação dos principais caminhos de ocupação permite identificar sua lógica espacial e seus efeitos sociais.

Frente de ocupação	Via predominante	Atividades associadas	Efeito territorial
Costeira e estuarina	Mar, baías e canais	Comércio e administração	Concentração de funções em portos e núcleos litorâneos
Vale do Itapecuru	Rio e caminhos de ligação	Agricultura e comércio regional	Articulação de fazendas, povoados e Caxias
Interior de criação	Trilhas e estradas terrestres	Pecuária e abastecimento	Expansão de fazendas e surgimento de feiras
Corredores modernos	Rodovias e ferrovias	Indústria, grãos e minérios em trânsito	Integração de mercados distantes

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE; DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO; SOFTWARES UTILITÁRIOS

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

▸ Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

▸ Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

▸ Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

- **Componentes internos principais**

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

Software: Programas, Sistemas e Aplicações

- **Conceito de software**

Parte lógica do sistema computacional

Software é o conjunto de programas, comandos e instruções que orientam o funcionamento de um computador ou dispositivo digital. Ele não corresponde a uma peça física, mas à parte lógica responsável por indicar ao hardware o que deve ser feito. É por meio do software que o usuário consegue escrever textos, acessar a internet, editar imagens, assistir a vídeos, jogar, enviar mensagens, organizar arquivos e executar diversas atividades.

O software depende do hardware para ser instalado, armazenado e executado. Ao mesmo tempo, o hardware precisa do software para realizar tarefas úteis. Essa relação mostra que o computador funciona como um sistema integrado: as peças físicas executam as ações, enquanto os programas determinam a lógica dessas ações.

- **Tipos de software**

Classificação conforme a função

Os softwares podem ser classificados de acordo com o papel que desempenham no sistema. Essa classificação ajuda a entender que nem todos os programas têm a mesma finalidade.

Tipo de software	Função	Exemplos
Software de sistema	Controla o funcionamento geral do computador	Sistema operacional, drivers e utilitários
Software aplicativo	Permite ao usuário realizar tarefas específicas	Navegador, editor de texto, planilha, jogos e aplicativos de mensagem
Software de desenvolvimento	Auxilia na criação de outros programas	Linguagens de programação, editores de código e compiladores

- **Sistema operacional, drivers e utilitários**

Programas essenciais ao funcionamento

O sistema operacional é o principal software de sistema. Ele gerencia memória, processador, arquivos, dispositivos, programas e a interação com o usuário. Sem ele, o uso do computador seria limitado e pouco acessível.

Os drivers permitem a comunicação entre o sistema operacional e os componentes de hardware. Uma impressora, uma placa de vídeo ou uma placa de rede pode precisar de driver adequado para funcionar corretamente. Já os utilitários auxiliam na manutenção, proteção e organização do sistema, como antivírus, compactadores, ferramentas de backup e programas de limpeza.

O uso responsável de software exige atenção à origem dos programas, ao licenciamento, à compatibilidade e às atualizações. Programas desatualizados ou baixados de fontes duvidosas podem gerar falhas, vírus e riscos de segurança.

Integração entre Hardware e Software

- **Funcionamento conjunto do sistema**

Como o computador executa tarefas

O computador funciona por meio da integração entre hardware e software. O hardware fornece a estrutura física necessária para executar operações, enquanto o software envia instruções que organizam o uso desses componentes. Quando o usuário abre um navegador, por exemplo, o sistema operacional coordena o processador, a memória RAM, o armazenamento, a placa de rede, o teclado, o mouse e o monitor para que a página seja acessada e exibida corretamente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DO MITO À RAZÃO: DISCURSOS EXPLICATIVOS SOBRE A ORIGEM DO UNIVERSO; MITO E FILOSOFIA

Narrativas cosmogônicas e ordem do mundo

- **A criação como narrativa simbólica**

A cosmogonia é uma explicação acerca do aparecimento e da organização do universo. Entre os povos da Antiguidade, a pergunta pela origem frequentemente recebia respostas narrativas nas quais divindades, forças primordiais, ancestrais e acontecimentos extraordinários participavam da formação do mundo. Essas narrativas constituíam mitos: formas simbólicas de expressar experiências, estabelecer vínculos entre gerações e atribuir significado aos fenômenos da natureza. Um mito de criação não precisava distinguir rigidamente a formação da matéria, o nascimento dos deuses e a instituição das regras sociais. Era possível compreender tais acontecimentos como partes de um mesmo processo originário, no qual as relações entre céu, terra, águas e seres vivos correspondiam também a uma determinada concepção da existência humana.

O caráter simbólico do relato mítico impede sua identificação automática com a mentira. A narrativa pode sustentar uma visão do mundo compartilhada por uma coletividade, independentemente de seus acontecimentos serem interpretados literalmente. Sua função não se limita a preencher lacunas de informação sobre o passado remoto. Ao situar as pessoas em uma ordem abrangente, oferece imagens pelas quais se compreendem a vulnerabilidade humana, a dependência dos ciclos naturais e a relação entre o presente e os ancestrais.

Caos, cosmos e genealogias divinas

Na tradição grega, Hesíodo apresentou uma cosmogonia estreitamente associada à genealogia das divindades. O Caos, concebido como uma abertura ou condição primordial, integra uma narrativa que passa pelo surgimento de diferentes entidades e pelas disputas entre gerações divinas. A organização do universo envolve a diferenciação de domínios, a distribuição de poderes e a constituição de uma ordem sob Zeus. Não se trata de descrever o comportamento da matéria por meio de uma lei física, mas de compreender a estrutura do existente mediante vínculos de parentesco, conflitos e transformações de autoridade.

A palavra cosmos está associada à ideia de ordenação. O contraste entre uma condição originária e um universo organizado permite interpretar a criação como estabelecimento de relações relativamente estáveis. A configuração das estações, por exemplo, pode adquirir um significado narrativo que relaciona períodos de fertilidade e esterilidade a acontecimentos na esfera divina. O interesse do relato recai simultaneamente sobre aquilo que acontece no campo, o significado que as mudanças assumem para os seres humanos e as práticas comunitárias ligadas à subsistência.

- **Pluralidade das tradições de origem**

As sociedades desenvolveram cosmogonias variadas, relacionadas a seus ambientes, modos de organização e experiências históricas. Em algumas tradições, o mundo resulta de uma diferenciação gradual das águas primordiais. Em outras, a criação decorre da ação deliberada de uma entidade criadora, da transformação de seres anteriores ou da emergência de elementos a partir de uma condição indiferenciada. As categorias abaixo permitem reconhecer modalidades narrativas sem reduzir tradições complexas a uma fórmula uniforme.

Figura da origem	Organização do cosmos	Sentido comunitário
Águas primordiais	Emergência de terras e distinção de domínios	Dependência da água e da fertilidade
Genealogia divina	Distribuição de poderes entre entidades	Compreensão de hierarquias e conflitos
Entidade criadora	Constituição intencional da ordem	Relação entre criação e obrigação
Transformação de seres	Formação do mundo a partir de entidades precedentes	Parentesco simbólico com o ambiente

As modalidades podem coexistir em uma mesma tradição. Uma narrativa de criação intencional, por exemplo, pode incorporar águas primordiais e episódios de sucessão. Seu significado depende da maneira como os motivos são relacionados e transmitidos, não simplesmente da identificação de um elemento isolado.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Tempo primordial e repetição ritual

O tempo da origem distingue-se muitas vezes do tempo ordinário. O acontecimento primordial estabelece as condições pelas quais a vida presente pode ser compreendida. Em cerimônias periódicas, o relato pode ser atualizado por gestos, cantos e representações. Uma celebração ligada à chegada das chuvas, em contexto agrícola, associa mudanças ambientais à renovação coletiva e pode reativar uma memória de criação. Nessa perspectiva, a origem não é apenas o primeiro instante de uma sequência cronológica, mas uma referência que conserva eficácia simbólica no presente. A transmissão oral participa desse processo: adaptações e variações não significam necessariamente perda de autenticidade, pois a continuidade de uma tradição também depende da maneira como os grupos reinterpretam seus acontecimentos fundadores.

A transformação grega da pergunta pela origem

Condições culturais da investigação

Na Grécia antiga, a investigação filosófica da natureza desenvolveu-se em contato com um amplo patrimônio de narrativas religiosas e saberes práticos. Sua novidade consistiu em formular explicações nas quais a constituição do universo podia ser discutida mediante princípios que não dependiam necessariamente da vontade particular de uma divindade. Em vez de explicar cada acontecimento como episódio de uma história sagrada, os primeiros investigadores procuraram compreender como uma ordem relativamente constante se manifesta na diversidade dos seres. A pergunta pela origem começou a adquirir um sentido diferente: interessava identificar aquilo de que as coisas procedem ou aquilo que permanece fundamental em suas transformações.

A mudança não ocorreu de maneira simultânea entre todos os grupos gregos, nem extinguiu os cultos e as tradições poéticas. Concepções antigas continuaram presentes, inclusive entre pensadores que formularam argumentos sobre a natureza. A formação de uma nova modalidade explicativa deve ser compreendida como uma transformação gradual das práticas intelectuais, não como a substituição instantânea de uma humanidade irracional por outra plenamente racional.

Escrita e circulação mediterrânea

Cidades da região da Jônia estabeleceram contatos comerciais e culturais com diferentes povos do Mediterrâneo oriental. A circulação de conhecimentos relativos à navegação, ao calendário, à geometria e à observação do céu favoreceu o confronto entre experiências diversas. A escrita, embora não fosse condição exclusiva do pensamento elaborado, ampliou as possibilidades de registrar explicações, compará-las e discutir sua coerência ao longo do tempo.

Quando navegadores identificavam mudanças aparentes na posição dos astros durante suas viagens, podiam confrontar descrições elaboradas em localidades distintas. A divergência entre relatos abria a possibilidade de perguntar quais aspectos dependiam da posição do observador e quais exprimiam características mais gerais do céu. A reflexão cosmológica não se confundia com a simples necessidade de orientar embarcações, mas podia aproveitar experiências desse tipo para conceber a natureza como objeto de investigação sistemática. O intercâmbio cultural permitia reconhecer que uma explicação familiar não era necessariamente a única inteligível.

Explicações dos primeiros cosmólogos

O princípio originário investigado por diversos pensadores gregos é frequentemente designado pelo termo arché. Esse princípio podia significar origem, fundamento ou elemento constitutivo da multiplicidade. O problema não consistia apenas em saber qual realidade apareceu primeiro, mas em esclarecer a unidade que permitiria compreender o surgimento e a transformação das coisas. Embora os sistemas desses pensadores sejam diferentes entre si e conhecidos em parte por tradições posteriores, a investigação de princípios naturais constitui um aspecto importante de suas propostas.

Tales, Anaximandro e Anaxímenes

Tales de Mileto é tradicionalmente associado à concepção da água como princípio fundamental. A relevância filosófica dessa proposta está na possibilidade de compreender diferentes seres a partir de um elemento natural comum. A água se apresenta em condições variadas e está relacionada à manutenção da vida. Entretanto, essas propriedades não estabelecem que toda matéria seja constituída de água no sentido químico contemporâneo. A hipótese pertence a um horizonte cosmológico antigo, no qual se procurava dar inteligibilidade à diversidade mediante uma realidade básica.

Anaximandro apresentou o ápeiron, geralmente compreendido como o ilimitado ou indeterminado. A origem das coisas não precisaria coincidir com um elemento determinado entre aqueles que observamos cotidianamente. Tal formulação permite pensar o aparecimento dos contrários e a organização do mundo a partir de um princípio que não se identifica simplesmente com um deles. A abstração representa uma ampliação das possibilidades conceituais da investigação.

Anaxímenes, por sua vez, atribuiu ao ar uma posição fundamental e relacionou a diversidade dos elementos a processos de rarefação e condensação. A ideia introduz uma relação entre mudanças graduais e diferenças qualitativas. Seu interesse não reside em uma antecipação exata da física atual, mas na tentativa de explicar a passagem entre estados da natureza mediante transformações de um princípio comum.

Essas propostas divergem quanto à realidade fundamental, mas mostram que a pergunta pela constituição do universo admite respostas concorrentes. A discordância pode levar à formulação de novas hipóteses, de modo que a investigação deixa de depender exclusivamente da conservação de uma narrativa recebida.

Modos de justificar a inteligibilidade do universo

Autoridade narrativa e argumentação

Um relato mítico pode alcançar reconhecimento por seu vínculo com a ancestralidade, com a experiência religiosa e com a identidade de um povo. Sua autoridade não se esgota na reputação de quem o transmite: está também na participação da narrativa em práticas que organizam a vida coletiva. O relato das origens pode ser aprendido juntamente com uma cerimônia,

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

